

Gilvan Ribeiro

Malês

A revolta dos escravizados
na Bahia e seu legado

 Planeta

FRASEO ANTECIPADO PARA DIVULGAÇÃO. VENDA PROIBIDA.



Gilvan Ribeiro

Malês

A revolta dos escravizados
na Bahia e seu legado



Planeta

 Planeta

Copyright © Gilvan Ribeiro, 2023
Copyright © Editora Planeta do Brasil, 2023
Todos os direitos reservados.

Revisão técnica: Lucas Ribeiro Campos
Preparação: Tiago Ferro
Revisão: Ana Laura Valerio e Laura Folgueira
Projeto gráfico e diagramação: Negrito Produção Editorial
Capa: Fabio Oliveira
Ilustração de capa: Ilustrablack / OIO, agência de ilustração
Pesquisa iconográfica: Tempo Composto

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Angélica Ilacqua CRB-8/7057

Ribeiro, Gilvan
Malês: a revolta dos escravizados na Bahia e seu legado / Gilvan Ribeiro. – São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.
336 p.

Bibliografia
ISBN 978-85-422-2382-8

1. Brasil – História – Insurreição dos malês, 1835. I. Título.

23-5206

CDD 981.04

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil – História – Insurreição dos malês, 1835



Ao escolher este livro, você está apoiando o
manejo responsável das florestas do mundo

2023
Todos os direitos desta edição reservados à
EDITORA PLANETA DO BRASIL LTDA.
Rua Bela Cintra 986, 4º andar – Consolação
São Paulo – SP – CEP 01415-002
www.planetadelivros.com.br
faleconosco@editoraplaneta.com.br

Editora Planeta  | **20**
Brasil ANOS

Acreditamos nos livros

Este livro foi composto em Charter
ITC Pro e impresso pela Geográfica
para a Editora Planeta do Brasil em
setembro de 2023.

Sumário

Prefácio – A Revolta dos Malês e a genealogia da brutalidade estrutural do Estado, Juarez Xavier 7

Introdução 15

CAPÍTULO 1
Terra em transe 19

CAPÍTULO 2
Gota d'água 29

CAPÍTULO 3
Amor, traição e morte 41

CAPÍTULO 4
A casa caiu! 51

CAPÍTULO 5
Mata soldado! 63

CAPÍTULO 6
O cerco se fecha 71

CAPÍTULO 7
Fim da linha 81

CAPÍTULO 8	
Jihad ou não, eis a questão.	93
CAPÍTULO 9	
Escravos donos de escravos	115
CAPÍTULO 10	
Sem ela, não há paz	127
CAPÍTULO 11	
Fé cega, faça amolada.	155
CAPÍTULO 12	
Salve-se quem puder.	175
CAPÍTULO 13	
A lei do chicote	193
CAPÍTULO 14	
Da força ao fuzilamento	209
CAPÍTULO 15	
O enigma Luiza Mahin	229
CAPÍTULO 16	
Sociedade Protetora dos Desvalidos	263
CAPÍTULO 17	
Candomblé da Casa Branca	285
CAPÍTULO 18	
A luta continua	297
<i>Referências bibliográficas</i>	330
<i>Agradecimentos</i>	336

CAPÍTULO I

Terra em transe

A cidade de Salvador despertou com a terra em transe na madrugada de 25 de janeiro de 1835. Por volta de uma hora da manhã, nos primeiros instantes daquele domingo santo, uma confusão jamais vista pelos soteropolitanos se espalhou pela capital da província da Bahia. Dezenas de escravizados africanos amotinados, que ganhavam adesões a cada esquina e logo se tornariam centenas, tomavam as ruas com grande rumor. A maior parte da população, que dormia àquela altura, acordou sobressaltada, sem entender o que se passava lá fora.

Moradores brancos pularam da cama assustados com a gritaria, entrecortada por estampidos de tiros, tinir de ferros, estalar de açoites e palavras de ordem bradadas em iorubá e árabe. Alguns deles se sentiram ainda mais ameaçados por batidas estridentes nas portas e janelas de suas casas, que os punham de prontidão, alarmados com a possibilidade de invasão da propriedade. O pânico rapidamente se instalava.

Muitos cidadãos se armaram como podiam para resistir a um presumido ataque de inimigos ainda obscuros, de cuja ameaça

iminente, até então, ninguém suspeitava. À medida que criavam coragem para espiar o que acontecia no lado de fora, começavam a perceber que se tratava de uma revolta escrava – não sem motivo, o pior de seus pesadelos.

Um levante dos escravizados era algo que todos os dominadores de origem europeia temiam ver se concretizar, aos moldes da sangrenta Revolução Haitiana, que durara quase treze anos, entre 1791 e 1804, e culminara com a execução de toda a população branca, estimada entre 3 mil e 5 mil pessoas. Esse fim traumático da colonização francesa em Saint-Domingue – como se chamava o país do Caribe antes da independência e da instauração da primeira república governada por líderes de ascendência africana – persistia como uma ferida aberta no imaginário das demais nações escravocratas.

Imagens de horror passavam pela cabeça dos proprietários naquele momento. Enquanto alguns tomaram a providência de trancar os próprios escravizados em seus cômodos, para prevenir rebeliões domésticas, outros chegaram a fugir para se esconder nos vastos matagais nas cercanias da cidade ou em canoas e barcos ancorados às margens da Baía de Todos-os-Santos. Houve até quem morresse do estresse provocado pela balbúrdia. De acordo com o registro do juiz de paz da freguesia da Vitória, o morador Domingos Pires dos Santos escapou às pressas para a mata e, já debilitado por uma enfermidade preexistente, veio a falecer “pelo susto” ao alvorecer do novo dia. Foi um salve-se quem puder.

A noite sem lua tornava a cena ainda mais assustadora. A escuridão quase absoluta intensificava a sensação de insegurança e vulnerabilidade. Viam-se vultos de homens negros vestidos com abadás brancos e barretes na cabeça – espécie de chapéus ou carapuças – usados por povos islamizados. Os rebeldes com

essas peças “exóticas”, em desacordo com os padrões europeus vigentes, quase sempre vinham à frente de cada agrupamento e pareciam exercer papel de liderança. Quando eram parcialmente iluminados, por bruxuleantes tochas de fogo, impressionavam ainda mais pelo movimento esvoaçante dos camisolões folgados e pelas escarificações nos rostos – marcas feitas com lâminas cortantes, ainda na infância, para expressar a identidade étnica. Uma tradição africana, notadamente entre os povos de nação nagô, de suma importância cultural. Um símbolo de pertencimento do indivíduo à família e ao seu grupo social, mas que ainda causava espécie à dita civilização ocidental.

O desenrolar dos acontecimentos, no entanto, iria mostrar que tamanho temor não se justificava. As fantasias da imaginação, provavelmente estimuladas pela culpa advinda da exploração do trabalho dos negros e pelos maus-tratos impostos aos subjugados, revelaram-se muito mais violentas do que a realidade. Não aconteceram invasões de residências, tampouco assassinatos de seus proprietários. As batidas em portas e janelas, em algumas das casas, destinavam-se tão somente a convocar os africanos, ali escravizados, para a luta contra as forças militares e demais batalhões oficialmente constituídos. Um chamado para integrantes do movimento já comprometidos com a insurreição, mas que esperavam o início das ações só para o romper da aurora.

Afinal, quando a revolta estourou, ainda não era hora de ela rebentar. Foi precipitada por acontecimentos paralelos e por uma inesperada averiguação policial, como veremos adiante. Por esse motivo, o susto e a apreensão não estavam estampados apenas no semblante de seus senhores. Se houvesse mais luz, e os amedrontados homens e mulheres livres ousassem fitar no fundo dos olhos dos insurgentes, também reconheceriam ali

uma boa dose de assombro. Pegos de surpresa, os malês – termo nagô pelo qual eram conhecidos genericamente os africanos muçulmanos na Bahia, ainda que de diferentes procedências – corriam atônitos pelas ruas, tentando organizar as ideias e refazer as estratégias de combate, enquanto se deslocavam pelas freguesias, em meio à crescente repressão policial.

Diante da condição de vida desumana a que eram submetidos, com humilhações cotidianas, castigos físicos algumas vezes dilacerantes e privações diversas, inclusive a do direito de escolher seus pares para constituir família, não se esperava qualquer tipo de escrúpulo por parte dos escravizados. Muito menos no momento em que decidiram ir à “guerra contra os brancos”, expressão usada por vários acusados de participar do levante e até por testemunhas em depoimentos prestados às autoridades, posteriormente.

Existem versões, inclusive, de que não apenas os brancos seriam alvo da rebelião. Segundo declaração do escravizado João, por exemplo, pertencente ao comerciante inglês Abraham Crabtree, ele fora convocado por parceiros “para naquela madrugada se reunirem, a fim de matarem todos os brancos, pardos e crioulos”. Cabe aqui uma explicação a respeito das nomenclaturas utilizadas na época. O termo “crioulos” referia-se aos negros nascidos no Brasil, enquanto os africanos eram chamados de “pretos”.

Como se pode notar, havia uma disputa entre eles, como também com os pardos ou mulatos. Assim, dificilmente misturavam-se ou faziam amizade, com um clima de constante desconfiança a separá-los. O próprio sistema escravagista estimulava essa divisão, graças a uma tênue distinção nas posições ocupadas na base da pirâmide social. Os pretos – como estrangeiros e até pela dificuldade natural com a língua portuguesa

– ocupavam o estrato mais baixo, em geral destinados aos trabalhos mais pesados e insalubres, com os crioulos logo acima. Os chamados mulatos, mesmo os escravizados, gozavam de um pouco mais de consideração, crescente à medida que tinham a cor da pele mais clara, além de serem beneficiados com mais frequência por cartas de alforria. Até mesmo porque muitas vezes eram frutos de relações clandestinas dos senhores com as escravizadas.

Embora haja outras testemunhas que também citaram o propósito de exterminar pardos e crioulos, tal como afirmou o escravizado João, não se pode lhes dar crédito absoluto. Eram atores secundários, que possivelmente expressavam um desejo pessoal ou mesmo transmitiam informação recebida de outros agentes periféricos do movimento. Não se tem nenhuma indicação dos mestres malês a esse respeito, os únicos que podiam estabelecer diretrizes e determinações para o novo modelo de sociedade que se almejava implantar. Tampouco aconteceram ataques coordenados contra essas parcelas da população.

Não resta dúvida, entretanto, de que a Revolta dos Malês mobilizou exclusivamente os africanos, em sua maioria escravizados, com a participação de libertos que compartilhavam do inconformismo com a crueldade das condições de vida vigentes. Assim como está claro que se tratou de um movimento majoritariamente nagô – designação dada na Bahia àqueles que falavam iorubá, trazidos da África Ocidental, sobretudo do antigo Império de Oyó, localizado onde hoje ficam o sudoeste da Nigéria e o sudeste do Benim. Desta feita, houve adesão de uns poucos hauçás, povo de tradição islâmica que organizara uma série de revoltas anteriores – como veremos mais detalhadamente no Capítulo 8. Menos ainda eram jejes, minas, tapas, congos e demais representantes de outras nações africanas levados como

cativos à Bahia. Alguns grupos étnicos estiveram completamente ausentes. Já os nagôs representavam mais de 70% dos réus, em um sinal inequívoco de protagonismo, embora nem todos os acusados tenham efetivamente participado, e alguns deles acabassem até inocentados ao final do processo.

Eram esses os indivíduos rebelados que tomavam as ruas de Salvador – ou da Cidade da Bahia, como também se chamava a capital da província na época – com enorme estardalhaço. Corriam armados com um arsenal constituído principalmente por porretes, foices e facas comuns, mais algumas tantas parnaíbas (lâminas compridas e estreitas, providas de ponta), lanças e espadas que haviam conseguido reunir às vésperas do levante, em geral itens subtraídos das casas de seus senhores. Estavam dispostos a matar ou morrer, posto que sabiam não haver perdão possível para tamanha afronta.

Quase não existiam armas de fogo nas mãos dos pretos, exceto por alguns poucos bacamartes – espécie de pistola antiga com cano curto e largo – já desgastados pelo tempo e provavelmente desprezados pelos donos, o que lhes possibilitava apoderarem-se deles mais facilmente sem despertar suspeitas. Para complicar ainda mais, os escravizados não tinham familiaridade com esses instrumentos, nem qualquer prática de manuseio. Fato que pode ser confirmado pela ausência de soldados ou demais integrantes das forças de repressão mortos ou feridos por tais armamentos.

Além da presumível dificuldade de acesso a armas de fogo, pela condição inerente de subjugados, elas também não eram comuns entre os africanos em suas terras de origem. Em meio aos amotinados, havia diversos guerreiros, acostumados a encarniçadas batalhas contra povos rivais em seus territórios, porém, as disputas travavam-se quase sempre no corpo a corpo,

com lanças, espadas e facas, ou mesmo à distância, com uso de arcos e flechas envenenadas. Aliás, durante a devassa instalada após a rebelião, foram encontrados dois arcos e cinco flechas na casa do inglês Abraham Crabtree, cujos escravizados participaram da insurreição. No entanto, não existem evidências de que essas peças tenham sido utilizadas na madrugada do dia 25, tampouco restaram sinais do uso de outras armas desse tipo no embate.

Não é difícil imaginar a disparidade de forças entre os escravizados rebeldes e as tropas oficiais. Há estimativas divergentes sobre o número de malês que desafiaram a ordem social e política na Bahia em 1835, mas pode-se estimar que seriam cerca de seiscentos, de acordo com as fontes históricas mais confiáveis. De qualquer forma, em momento algum esse contingente esteve inteiramente reunido em combate. Em primeiro lugar, porque os escravizados partiram de pontos diferentes, distribuídos pelos núcleos muçulmanos que frequentavam. A rebelião também explodiu antes da hora combinada, pelo fato de um desses grupos ter sido descoberto pela polícia, o que precipitou a ação sem que houvesse tempo para avisar os demais, fragmentando a saída dos revoltosos. Para completar, nem todos se dirigiram para um mesmo local de concentração, tanto porque tinham mais de um objetivo a cumprir como também por enfrentarem bloqueios inimigos pelo caminho.

Da mesma maneira, não se tem um número oficial da quantidade de soldados e guardas envolvidos na repressão. Há um relato do chefe de polícia, Francisco Gonçalves Martins, no qual afirmava dispor de 182 homens. Mas existiam ainda as demais forças, como os militares de artilharia posicionados no Forte de São Pedro, a cavalaria e os guardas nacionais. Além de cidadãos que se voluntariaram, inclusive com a convocação de seus

escravizados de confiança, para reforçar a resistência articulada pelos juízes de paz e inspetores de quartelão.

Caso fosse necessário, as tropas oficiais poderiam arregimentar, por baixo, mais de 1.500 homens para intervenção imediata. Algo que não se fez necessário, dada a vantagem imposta pelo uso de armas de fogo. Os principais combates foram travados com os soldados atirando de longe, protegidos pelos muros do quartel ou de suas bases, sem que os africanos conseguissem se aproximar.

À medida que as baixas do lado dos escravizados se acumulavam, entre mortos, feridos e desertores que abandonavam a luta ao constatar a tragédia que se anunciava com os corpos de companheiros estendidos no chão, a convicção dos líderes também esmorecia. Estabelecia-se o conflito entre a fé religiosa de que contariam com a proteção divina de Alá, naquele domingo no final do Ramadã (mês sagrado do calendário islâmico), para lograrem êxito em seu intento de tomar o poder e estabelecer uma nova ordem na Bahia, e a dura realidade que se impunha a ferro e fogo.

Durante as três horas e tanto de combate feroz e deslocamentos pela cidade, no limiar de suas energias, já extenuados e abatidos, os sobreviventes haveriam de questionar a si mesmos se agiram com precipitação ao escolher aquela data para a revolta, planejada ao longo de meses. A ansiedade de libertar um de seus mais respeitados mestres, um nagô idoso que se encontrava preso na cadeia municipal, em condição indigna para um líder de sua importância, pode ter comprometido a capacidade de avaliação e se sobreposto ao pensamento estratégico. Também carregavam a dor do arrependimento por terem deixado a notícia vazar a ponto de ocorrerem denúncias às autoridades. Teria faltado discrição nas conversas ao pé do ouvido, com o intuito

de buscar novas adesões às vésperas do grande dia? Muitos pensavam que sim.

Ou talvez não. Afinal, não fosse uma delação em particular, motivada pelo impulso passional de uma mulher abandonada por um dos participantes, será que o desenrolar dos acontecimentos poderia ter sido mais favorável? Eram questões que martelavam sem resposta na cabeça dos malês e que lhes machucavam tanto quanto as feridas no corpo.



Planeta